



Amin e Serra: defesa de maior rigor na autorização de operações de antecipação de receita orçamentária

Senado autoriza São Paulo a rolar dívida de R\$ 431,2 milhões

A Pública

Autorização foi dada pela Comissão de Assuntos Econômicos, sem análise detalhada do pedido

JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA — A autorização do Senado para que o Estado de São Paulo role R\$ 431,2 milhões da dívida mobiliária que vence segunda-feira, foi dada às pressas, sem análise detalhada do pedido. Embora existe uma orientação para que os requerimentos sejam estudados com calma, o de São Paulo, incluído na pauta extra de quinta-feira da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi votado após a leitura do relatório do senador Gilberto Miranda (PFL-AM).

Poucas horas depois, o plenário do Senado aprovava requerimento para que a matéria fosse incluída na pauta de discussões, em regime de urgência, e em seguida o projeto foi aprovado. O parecer de Miran-

da, aprovado sem emendas, determinou a rolagem de apenas 98% dos R\$ 440,1 milhões solicitados por São Paulo. O relatório do Banco Central sugeria a rolagem de apenas 58% da dívida, mas a comissão preferiu manter o critério usado para todos os Estados desde o início do ano, de exigir o resgate de 2% dos papéis.

Como justificativa para a aprovação rápida do pedido da rolagem da dívida de São Paulo, os senadores alegam que o relatório do BC só foi enviado na véspera da votação, 11 de junho. O banco, porém, teve mais tempo para analisar o assunto, pois o ofício do governador Mário Covas chegou à instituição em 23 de maio.

Na mesma sessão, o Senado aprovou também, em regime de urgência, autorizações de empréstimos e refinanciamentos feitos pe-

los Estados de Sergipe e Espírito Santo. Os dois processos já estavam há um mês na comissão.

Rigor — A condescendência dos senadores com governadores e prefeitos pode resultar em uma rigidez maior na legislação que irá regulamentar as operações de Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO), feitas por Estados e municípios. O senador José Serra (PSDB-SP), presidente da CAE, está pedindo aos parlamentares que a resolução que regulamentará os juros a serem

PROJETO É
APROVADO EM
REGIME DE
URGÊNCIA

pagos nessas operações não permitam exceções. A proposta original, do senador Esperidião Amin (PPB-SC), sugere que toda operação de ARO na qual o juro pago ultrapassar uma média calculada pelo Banco Central, seja aprovada previamente pela CAE.